



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação

LÍDIA BRENDA PINHO SILVA

A DISCIPLINA LIBRAS NA FACULDADE DE EDUCAÇÃO

BRASÍLIA

2017

LIDIA BRENDA PINHO SILVA

A DISCIPLINA LIBRAS NA FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília como requisito necessário à obtenção da graduação no curso de Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Edeilce Aparecida Santos Buzar

**Brasília
2017**

LIDIA BRENDA PINHO SILVA

A DISCIPLINA LIBRAS NA FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília como requisito necessário à obtenção da graduação no curso de Pedagogia.

Aprovado em ____/____/2017

Banca Examinadora:

Orientadora: Prof^ª Dr^ª. Edeilce Aparecida Santos Buzar

Prof^ª Dr^ª Liliane Campos Machado

Prof^º Esp. Davi Pereira da Silva Junior

A toda Comunidade Surda, que ressignificou na minha vida os termos “luta e militância”, e me fizeram acreditar na possibilidade de um mundo mais igualitário para os sujeitos surdos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar por ter me concedido o dom da vida e cuidar de mim em todos os momentos sendo a minha fortaleza e o meu amparo.

À minha vó Bia que está no céu, porque me ensinou a lutar pelos meus objetivos, sejam quais fossem os desafios. Tenho certeza que de alguma forma ela está comigo todos os dias da minha vida e continua me ensinando a viver.

À minha mãe Francisca e minha irmã Fernanda, que sonharam esse sonho junto comigo e por vezes foram o real motivo que me fez não desistir.

Ao Leandro Diniz que fez dos meus dias mais felizes e me ensinou o significado das palavras fidelidade e companheirismo, estando a todo o momento ao meu lado.

A todos os meus familiares, que a todo o momento se orgulhavam e me motivavam ao longo dessa caminhada.

Aos meus amigos Daniela, Lidiane, Karolyne, Thais e Ismar que sempre me incentivaram seja de forma carinhosa e mesmo as mais rudes e ficaram felizes com minhas conquistas .

À minha amiga Rosângela que muito me auxiliou na construção desse trabalho, além de se colocar ao meu lado sempre.

À minha querida orientadora, Prof^a Dr^a. Edeilce Aparecida Santos Buzar, por todo amor com que me orientou, ora professora, ora mãe, além de toda dedicação e conhecimento compartilhados e trocados comigo, por ser muito mais que uma orientadora , ser amiga, cúmplice e dedicar tanto tempo para mim.

A todos os professores da graduação, por terem formado uma pedagoga comprometida com o real sentido do educar.

À banca examinadora pela disponibilidade de participar e contribuir com esse trabalho.

A todos que de alguma maneira estiveram presentes nesse caminho, o meu obrigada!

“Quando eu aceito a língua de sinais, eu aceito o surdo, e é importante ter sempre em mente que o surdo tem o direito de ser surdo. Nós não devemos mudá-los, devemos ensiná-los, ajudá-los, mas temos que permitir-lhes ser surdo.”

(Terje Basilier)

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo compreender como se deu o processo de implementação da disciplina Libras na Faculdade de educação da Universidade de Brasília/UnB e quais são as suas singularidades, com isso entender de que maneira essa inserção contribui para a formação do professor. Além disso, o estudo espera ajudar na divulgação da disciplina Libras. Para tanto, buscou-se a origem histórica da educação de surdos no Brasil e no mundo e quais as principais referências para esse ensino. Além disso, foi feito um estudo do amparo legal que fez parte desse processo, que contou com um movimento de luta por parte da comunidade surda. A metodologia utilizada foi uma pesquisa qualitativa que tem como característica não se preocupar com a parte numérica mas principalmente com o aprofundamento da compreensão da sociedade. Para a melhor construção desse trabalho foram realizadas entrevistas com professoras da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, especialmente da área de Educação Especial/Inclusiva, que participaram da implementação da disciplina Escolarização de Surdos e Libras e que detinham inúmeras informações enriquecedoras para a pesquisa. Ao final, foi possível perceber o quão importante foi o reconhecimento da Libras como língua e ainda maior a chegada do ensino de Libras dentro das universidades para os sujeitos surdos que lutam até os dias de hoje por seu espaço em nossa sociedade.

Palavras-chave: Libras; Disciplina Libras; Faculdade de Educação.

ABSTRACT

This paper aimed to understand how the process of implementation of the Libras discipline in the Faculty of Education of the University of Brasília / UnB and what their singularities are, in order to understand how this insertion contributes to the formation of the teacher. In addition, the study hopes to help in the disclosure of the Pounds discipline. In order to do so, we sought the historical origin of the education of the deaf in Brazil and in the world and what are the main references for this teaching. In addition, a legal protection study was carried out that was part of this process, which included a movement of struggle by the deaf community. The methodology used was a qualitative research that has as characteristic not to worry about the numerical part but mainly with the deepening of the understanding of the society. For the best construction of this work, interviews were conducted with teachers from the School of Education of the University of Brasília, especially in the area of Special / Inclusive Education, who participated in the implementation of the Discipline of Deafness and Pounds and had a wealth of information for research. In the end, it was possible to see how important the recognition of Libras as a language was and even more the arrival of the teaching of Libras within the universities for the deaf individuals who struggle until today for their space in our society.

KEYWORDS: Libras. Subject Brazilian Sign Language. Faculty of Education

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Configuração das mãos.....	20
Figura 2 - Ponto de articulação.....	21
Figura 3 - Movimento.....	21
Figura 4 - Orientação da mão.....	22
Figura 5 - Expressão facial.....	23
Figura 6 - Análise das necessidades dos alunos.....	31

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
PARTE I - MEMORIAL EDUCATIVO	11
PARTE II - INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS	16
1.1 Aspectos gramaticais de libras	20
1.2 Configuração de mão (CM)	20
1.3 Ponto de articulação (PA)	21
1.4 Movimento (M)	21
1.5 Orientação da mão (O)	22
1.6 Fonologia e morfologia	23
CAPÍTULO 2 – DISCIPLINA LIBRAS	25
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA	33
3.1 Pesquisa qualitativa	33
3.2 Pesquisa descritiva e estudo de caso	34
3.3 Instrumentos de pesquisa	34
3.3.1 Entrevista.....	34
3.3.2 Análise documental.....	35
3.4 Campo de pesquisa	35
3.5 Sujeitos da pesquisa	36
CAPÍTULO 4 – RESULTADOS E DISCUSSÃO	37
4.1 Libras como disciplina	37
4.2 Libras e formação de professores	39
4.3 Disciplina Libras no curso de pedagogia	41
4.4 Criação da disciplina Libras na Faculdade de Educação	44
4.5 Pontos a considerar	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
PARTE III – PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS	52
REFERÊNCIAS	53

APRESENTAÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso é constituído por três partes: o memorial educativo, o estudo monográfico e as perspectivas profissionais. A primeira parte, o memorial, traz a trajetória de vida escolar da pesquisadora, com o objetivo de mostrar como se dá a relação da sua história com a pesquisa.

A segunda, o estudo monográfico, contém quatro capítulos. O primeiro capítulo, com o título “A Língua Brasileira de Sinais: Libras” traz as referências históricas da língua de sinais e da educação de surdos, dando ênfase a fatos históricos e as primeiras questões da luta da comunidade surda no Brasil e no mundo.

No segundo capítulo, “A disciplina Libras”, traz todo amparo legal com que o movimento surdo contou ao longo dos anos até a regulamentação da Lei de Libras e do Decreto 5626/05, pontua os principais incisos do decreto chamando atenção para a forma como deve ser realizada a implementação da disciplina nas universidades.

O terceiro capítulo conta como se deu a metodologia do trabalho descrevendo ponto a ponto o que foi adotado, apresentando os sujeitos dessa pesquisa e o campo onde ela foi aplicada.

No quarto capítulo encontramos os “Resultados e Discussão”, onde estão às entrevistas realizadas com os professores e as análises relacionadas às respostas que foram dadas, é importante ressaltar que estas foram feitas de acordo com o embasamento teórico do trabalho.

Na terceira e última parte desse estudo, encontram-se as perspectivas profissionais da pesquisadora para o futuro, depois da graduação no Curso de Pedagogia.

PARTE I

MEMORIAL EDUCATIVO

Em 1992 no litoral do Estado do Piauí, nasce mais uma criança de família simples e humilde, filha de mãe solteira, para quem a educação sempre foi e até hoje é prioridade. Filha de empregada doméstica, sempre estudou em escolas públicas com exceção dos anos iniciais, mas todo o restante do ensino básico foi concluído na rede pública de ensino do Distrito Federal.

Comecei a ser alfabetizada em uma escola particular perto de onde morava em Parnaíba entre os anos de 1994 a 1996, o nome da escola que está ativa até hoje é Escola Monsenhor Clovis Salgado. O sonho de minha mãe sempre foi oferecer a mim e minha irmã uma educação de qualidade.

A educação que eu tive nessa pré-escola particular foi muito boa, lembro-me que na sala havia poucos alunos e por esse motivo a professora conseguia dedicar mais atenção para os mesmos. Com isso, era mais fácil identificar cada dificuldade e particularidade de cada aluno tornando o processo mais produtivo levando em conta que a correção dessas necessidades seriam feitas por parte dela, e isso contribuía para uma alfabetização de qualidade. Minhas primeiras experiências com a leitura foram excelentes, a escola estimulava a ler e esse trabalho era feito em conjunto com a alfabetização o que o tornava muito interessante. Havia vários projetos com objetivo de estimular a leitura e todos eram muitos divertidos, no ano de 1996 tive um avanço na alfabetização e no letramento literário.

Após minha formatura na alfabetização, eu e minha família viemos para Brasília, então comecei a estudar em escolas públicas do Distrito Federal, e assim aconteceu até o término do ensino médio. No ano de 2000, entrei em uma escola no Lago Norte (Brasília) chamada Centro de Ensino Fundamental 01 do Lago Norte, neste ano estava na 2º série, nesta escola conheci professores maravilhosos que se tornaram amigos, fiquei nessa escola até o ano de 2006, quando o próprio sistema educacional do DF redirecionou-me para outra escola também na mesma região administrativa onde havia o final do ensino fundamental e todo o ensino médio, já nesta instituição fiquei até 2009 e foi por lá que a vontade de trabalhar com educação teve início e ganhou força com o passar dos anos.

Junto com o ensino médio vieram ótimas experiências, mas também muitos pontos negativos que me fizeram uma pessoa crítica com relação à educação e todos os seus pontos dos quais até hoje acho que precisam ser discutidos com os alunos ainda quando estão na

escola, afinal são esses alunos que mais tarde farão a diferença. Por vezes minha mãe era chamada à escola para conversas sobre essa liderança que eu exercia que quase sempre incomodava a direção da mesma. Lembro-me que em uma dessas reuniões fiz um acordo no qual iria parar de fazer críticas à gestão em troca de que todos os alunos tivessem voz e que também suas vontades e direitos fossem atendidos desde que fosse por um bem comum a todos. Sugeri a criação de Grêmios estudantis, e para minha surpresa a direção aprovou a ideia e tivemos as primeiras eleições para a escolha desse grêmio, eu estava no 2º ano e fui eleita presidente do primeiro Grêmio escolar do CEDLAN, nesse período o gosto pela educação só aumentava bem como a vontade de fazer diferença. Nesse tempo a escola passou a receber alunos com necessidades educativas especiais, e o primeiro aluno que fez matrícula era um menino cego que estava no 1º ano, e então vendo todas as dificuldades para aquele aluno permanecer naquela escola e a vontade que o mesmo tinha de estudar e ter direitos iguais aos demais alunos começou a surgir também o interesse pela educação especial.

Paralelo a todas essas descobertas começavam as preocupações com o vestibular, por conta da situação financeira da minha família era sabido que minha única opção era uma universidade pública e de preferência a Universidade de Brasília, por estar localizada na cidade onde minha família reside. Foi quando ganhei uma bolsa em um curso preparatório para vestibular que se destacava pela aprovação, e então comecei a estudar para o PAS (Programa de Avaliação Seriada), os meses foram passando e eu fui convidada a estagiar na secretaria desse curso, meus dias ficaram corridos, mas a vontade de passar era maior, estudava pela manhã, trabalhava à tarde, e estudava para o vestibular no período da noite e assim foi por 3 anos. Fiz as duas primeiras etapas do PAS, mas a insegurança era muito grande, chegou a terceira etapa e era hora de fazer minha escolha, depois de muita conversa e reflexão decidir que faria Pedagogia, e dessa forma o sonho antigo de trabalhar com educação e fazer a diferença poderia se transformar em realidade.

Fiz o vestibular, e então a espera pelo resultado era ainda mais angustiante, mas em fevereiro de 2010 ele veio e para a felicidade e orgulho da minha família eu havia passado, era inacreditável, eu havia conseguido realizar o sonho da minha avó e da minha mãe que lutaram junto comigo por aquele resultado.

Quando comecei minha carreira acadêmica na Universidade de Brasília (UnB), muitas coisas me intrigaram, e a autonomia que os alunos têm foi a maior delas. A paixão pela educação só aumentava, até que chegaram as tão sonhadas aulas sobre Educação Especial, eu me vi ali diante de alunos e professores interessados e extremamente inteligentes que falavam a mesma língua, que buscavam saber mais, e conhecer as falhas também. Desde aquele

momento sabia que queria aprofundar meus estudos em alguma daquelas inúmeras áreas daquele campo de trabalho.

Ao longo do curso deparei-me com matérias bem interessantes que me fizeram inclusive ter dúvidas com relação ao que seria o meu trabalho de final de curso, foi assim com a Pedagogia Hospitalar, por um semestre fiz o projeto relacionado a essa área e fui estagiar no Hospital Universitário de Brasília, mas no semestre seguinte tive a oportunidade de cursar a disciplina Escolarização de Surdos e Libras, e foi então que me encontrei, aquelas histórias, aquela cultura, a luta que gira em torno da história dos surdos me fascinava. Estava decidido era isso que eu queria estudar, aprofundar, viver experiências e foi assim que aconteceu, conheci muita gente, e lugares que fizeram com que minha trajetória para a construção do meu trabalho fosse ainda mais enriquecedora e transformadora.

A escolha do meu tema não foi nenhuma tarefa fácil, participei dos projetos 3 e 4 que são oferecidos pela Faculdade de Educação (FE), especificamente voltados para a área de surdez, ofertados pela Prof.^a Dr.^a Edeilce Buzar e fiquei completamente encantada com todo o seu conhecimento e amor com que orientava cada aluno e tratava dos mais variados assuntos relacionados à surdez. Ao longo dos semestres, e com as experiências vividas no projeto surgiram as primeiras ideias de tema e finalmente na última etapa do Projeto 4 decidimos juntas o que seria o tema da minha monografia: “ A disciplina Libras na Faculdade de Educação”.

Espero que com o término deste Trabalho Final de Conclusão de Curso eu possa contribuir com o meu conhecimento adquirido através de ricas experiências, com professores e principalmente com os alunos surdos que pude conhecer, e que este trabalho seja fonte de informação para a população e para a comunidade acadêmica.

PARTE II

INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo os surdos sofreram e sofrem preconceitos por conta da sua condição e na educação não é diferente. É comum a educação de surdos ser baseada na educação de ouvintes (TEIXEIRA, 2015). E é mais comum ainda os surdos ficarem marginalizados em suas salas de aula por falta de formação adequada do seu professor, com isso sua formação fica comprometida o que acarreta prejuízos inclusive no campo profissional desses sujeitos, uma vez que não possuindo formação qualificada, perdem oportunidades no mercado de trabalho.

É nessa perspectiva que surge a necessidade de se difundir a Libras para que o sujeito surdo possa usufruir de uma educação de qualidade, que reconheça, respeite e valorize a cultura surda. Fruto de muitos anos de luta por parte do Movimento Surdo, depois de um processo burocrático e demorado ocorreu a regulamentação da Lei de Libras por meio do Decreto 5626/05, que veio dar possibilidade para a realização de uma educação de qualidade. Ao ser inserida como disciplina no curso de formação de professor pelo decreto 5626/05, a Libras ganha o reconhecimento que a comunidade surda tanto almeja e dessa forma é preciso analisar a disciplina de língua brasileira de sinais no curso de Pedagogia da Universidade de Brasília, identificando características do ensino da Libras e de forma ela contribui para a formação de professores.

Neste contexto, este trabalho teve também como objetivo compreender o processo de implementação da disciplina Libras no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), que o compromisso em formar professores que irão atuar nos anos iniciais, os quais possivelmente receberão em suas salas de aula alunos surdos.

Esse trabalho de conclusão de curso foi realizado dentro do curso de Pedagogia /UnB a partir das experiências vivenciadas nas aulas de Tópicos especiais – Libras, posteriormente Escolarização de Surdos/Libras, Projeto 3 – fase 01, 02 e 03 que funciona como uma extensão da graduação, do estágio obrigatório, o Projeto 4, e por fim, o projeto 5 que contou com 120 horas para a produção efetiva do trabalho. Todos com enfoque na área de surdez.

Para que o objetivo fosse alcançado optamos por uma pesquisa qualitativa, buscando assim entender e conhecer todas as questões relacionadas a esse processo, a partir das vivências dos sujeitos envolvidos no mesmo.

Dessa forma, a construção desse trabalho de conclusão se deu por uma pesquisa bibliográfica a respeito da história da Libras, da Educação de surdos, e especialmente do amparo legal que sustenta todas as decisões que foram tomadas para que a Libras chegasse até as universidades em formato de disciplina.

CAPÍTULO 1

A LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS

Existem poucos documentos registrados por surdos ou sobre surdos que falem da origem e desenvolvimento da língua de sinais, o que sabemos é que desde a antiguidade existem surdos. Os Gregos viam os surdos como animais, para eles o pensamento era oriundo da fala. Sem poder ouvir, os surdos ficavam sem ensinamentos, ou seja, ficavam sem aprender e com isso, não adquiriam o conhecimento. O filósofo Aristóteles, em 355 a.C. acreditava que os que eram surdos, por não terem linguagem, eram impossibilitados de pensar. Os surdos não tinham direitos já que não eram considerados úteis, sendo dessa forma condenados à morte ou excluídos como as pessoas doentes da sociedade.

Ainda assim, podemos prever o quão antigo é essa língua. Talvez o relato mais antigo que se tem sobre língua de sinais vem de Sócrates que relatou em um de seus pensamentos:

Se não tivéssemos voz nem língua e ainda assim quiséssemos expressar coisas uns aos outros, não deveríamos, como aqueles que ora são mudos, esforçar-nos para transmitir o que desejássemos dizer com as mãos, a cabeça e outras partes do corpo? (BARROS; HORA, 2009, p. 21 *apud* SACKS, 1998, p.29)

Além disso, há, segundo os poucos relatos feitos por Wilcox e Wilcox (1997), dois tipos de evidência que apontam o uso natural da língua de sinais, seriam eles:

O primeiro, o registro é o de uma pequena ilha comunitária localizada nos arredores de Massachusetts, que se chama Martha's Vineyard, onde havia muitos surdos por conta de uma incidência hereditária. Esta mesma ilha existe até os dias atuais e é conhecida como a única comunidade bilíngue na qual tanto ouvintes como os surdos usam sinais na mesma proporção que a língua inglesa (GESSER, 2009).

A segunda evidência vem da França, e foi encontrada em um livro escrito em 1779 por um surdo chamado Pierre Deslogues, que escreveu para defender sua própria língua contra os que achavam que os sinais deveriam ser banidos.

No século XVI, surgem as primeiras explicações a respeito da diferença entre surdez que é a perda do sentido da audição e o mutismo que é um transtorno psicológico caracterizado pela recusa em falar em algumas situações específicas, mas que em outras o mesmo consegue falar. Neste mesmo século, Girolamo Cardano defendeu que os surdos

podiam receber instrução e também podiam ser ensinados a ler e escrever sem a fala, no entanto os responsáveis por essa educação naquela época era a Igreja Católica.

E foi da Igreja Católica que veio o primeiro professor de surdos, Pedro Ponce de León, um monge beneditino espanhol. Seu objetivo de educar os surdos não era simplesmente a educação em si, mas junto com ela a maior preocupação estava atrelada aos motivos econômicos. Os alunos de Ponce de León eram todos oriundos da nobreza, e esses nobres eram os interessados que seus filhos surdos conseguissem falar, com receio de perderem os seus bens, pois naquela época pessoas que não conseguissem falar oralmente não tinham nenhum direito assegurado pela sociedade, por isso, todos os surdos filhos da nobreza eram encaminhados para Ponce de León para aprenderem a falar. Ponce de León desenvolveu um alfabeto manual para ajudar os surdos a soletrar as palavras, o professor ensinava a ler e escrever.

A educação dos surdos era realizada individualmente e como já vimos apenas os surdos oriundos de famílias ricas tinham como ter acesso a esse ensino que tinha por objetivo, o ensino da fala oral. Justamente por essas questões, L'Épée ganhou destaque e viria a mudar a história da educação de surdos com repercussões até hoje. O que muitos pensam é que o mesmo foi responsável pela criação da língua gestual, porém como já vimos, está documentado por Pierre Deslogues que essa já existia mesmo antes dele, o que L'Épée fez foi reconhecer, a existência desta língua que servia de base para comunicação entre os surdos e que deveria ser usada na educação dos mesmos (CARVALHO, 2012).

Carvalho (2012) em seus estudos mostra que L'Épée é tido como uma das figuras mais importantes da história da educação dos surdos. Nascido em uma família rica na cidade de Versalhes na França, seu aniversário foi considerado a festa mais importante comemorada pela comunidade surda francesa. Essa surda o considera como um membro por ter sido aquele que foi pioneiro na educação institucional através do uso da Língua Gestual (CARVALHO, 2012).

No ano de 1880 aconteceu o Congresso de Milão que se constitui enquanto uma conferência internacional de educadores de surdos e que resultou na proibição da utilização das línguas de sinais nas escolas. Neste mesmo congresso, Alexandre Graham Bell ficou conhecido como adepto convicto do Oralismo, durante sua participação no evento ele pregava a surdez como aberração para humanidade e com isso, qualquer relação com a pessoa surda era proibida, isso era entendido como forma de salvar a raça humana (GESSER, 2009). Por isso Alexandre Graham Bell tornou-se negado e criticado na comunidade surda do mundo

inteiro. Entretanto a língua de sinais resistiu e seguiu se desenvolvendo no dia a dia do surdo bem como no seu cotidiano, ainda que por inúmeras vezes de forma secreta (GESSER, 2009).

No Brasil os movimentos de afirmação de cultura e identidade surda acompanharam a trajetória do movimento pela língua de sinais ao redor do mundo. Em 1855, um surdo francês chamado Ernest Huet chegou ao Brasil, a pedido do Imperador Dom Pedro II para criar a primeira escola de surdos do Brasil (STROBEL, 2009). Não se sabe ao certo o porquê do apoio do Imperador, alguns pesquisadores relatam que o motivo teria sido uma filha da Princesa Isabel que seria surda, o fato é que em setembro de 1857 foi fundado o que é denominado atualmente como Instituto Nacional de Educação de Surdo (INES), no Rio de Janeiro (STROBEL, 2009), onde está localizado até os dias de hoje. Durante anos o INES tem sido referência na formação dos indivíduos surdos.

Em 1911, chegou ao Brasil às resoluções do Congresso de Milão, o INES adequou sua Didática de ensino ao que pedia o documento e retirou a língua de sinais da educação de surdos, implantando a língua oral e o Oralismo como forma de ensino. Apesar disso, a língua de sinais continuou a ser usada mesmo que não de forma oficial, em muitas vezes escondida, até que foi proibida de forma definitiva.

Segundo Audrei Gesser (2009), todos os surdos que passaram por tal processo trazem histórias e lembranças muito difíceis a respeito da oralização. Para muitos essa palavra é traduzida por dor, privação, desejo, sofrimento, frustração entre outros, além de trazer sempre à tona traumas sofridos quando a língua de sinais foi violentamente banida e proibida para os surdos. Por outro lado, são essas memórias na história do sujeito surdo que motivou o movimento surdo a lutar pela Língua de Sinais e por todos os outros direitos que asseguram a eles uma “qualidade de vida”.

A língua de sinais é considerada uma língua por ter características presentes em outras línguas naturais e essencialmente porque é uma língua humana, e essa é uma característica que nos distingue das outras espécies, só os homens possuem língua, animais, ao contrário, tem sistemas de comunicação, como as abelhas, os golfinhos por exemplo.

Outra característica importante sobre a língua de sinais é que a mesma não é uma língua universal (GESSER, 2009), essa ideia ocorre pelo senso comum de que a língua de sinais é um código transmitido para os surdos de maneira geral. Quando falamos de língua oral logo lembramos que cada país tem sua própria língua e com a língua de sinais não seria diferente, por exemplo nos Estados Unidos os surdos falam a Língua Americana de Sinais, no Brasil a Língua Brasileira de Sinais, na França a Língua Francesa e por aí vai, ou seja, onde houver surdo também haverá línguas de sinais. Nesse caso, segundo Gesser (2009) o que é

universal é o impulso para a comunicação e o que difere a língua de sinais da língua oral é a modalidade usada, que é a visual-gestual, o que quer dizer que, a comunicação é expressa no meio espacial e é percebida pela visão (canal visual-espacial).

Em 1960, há exatos 80 anos depois do Congresso de Milão a Língua de Sinais recebeu reconhecimento linguístico, mesmo que tardiamente, isto é, passou a ter o status de língua natural assim como as línguas orais. Paralelo a isso houve a resistência por parte de alguns linguísticos de reconhecer a legitimidade dos sinais, pois tradicionalmente a visão que se tinha de língua era pautada por uma perspectiva oral-auditiva (GESSER, 2009). A língua de sinais sempre foi utilizada por surdos em todo o mundo, mas não estava sistematizada e não era reconhecida como língua. A verdade é que o surdo fala em sua língua de sinais, por isso é necessário aumentar o conhecimento afim de expandir o conceito de línguas humanas além de redefinir conceitos ultrapassados, e começar a enxergar outra dimensão como é o caso do canal viso-gestual (GESSER, 2009).

E foi em virtude dessa necessidade que no ano de 1987, no dia 16 de maio, foi fundada a FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos), quando os surdos resolveram assumir a liderança da FENEIDA (Federação Nacional de Educação e Integração do Deficiente Auditivo), que encerrou suas atividades. A FENEIS foi criada com intuito de lutar, em primeiro lugar, pelos direitos dos surdos. Assim, desde a sua fundação, ela tem consciência do que quer desenvolver e por isso é muito importante que sua aceitação aconteça por parte da sociedade.

A sua sede está localizada na cidade do Rio de Janeiro, porém já pode ser encontrada em várias regiões do Brasil. A FENEIS ao longo do tempo se mostra mais presente com participações em Congressos, Seminários, encontros de surdos ou ligados à surdez, sempre em busca dos direitos dos surdos. Desta forma fica claro que essa instituição é considerada um grande canal de transporte e divulgação da cultura e língua dos surdos no Brasil.

Além disso, um dos principais objetivos da FENEIS é a inclusão dos surdos no mercado de trabalho e também a realização de pesquisas que sistematizam e buscam padronizar o ensino de Libras para ouvintes. Foi a partir dela que foi criado um dos principais instrumentos didáticos utilizado por professores em diversos cursos de Libras, em todo o Brasil, incluindo o da disciplina de *Escolarização de Surdos - Libras* que é ministrada na Universidade de Brasília (UnB) , no curso de Pedagogia, que é o livro *Libras em Contexto* (2007).

Mas o principal avanço para a Libras no Brasil aconteceu em 24 de abril de 2002, quando foi sancionada a Lei de Libras que este ano completou 15 anos. A lei reconheceu a Libras como língua

oficial da comunidade surda. Daí por diante esta língua passou a ser valorizada e legitimada na educação de pessoas surdas, passando a tornar-se obrigatória nos cursos de formação de professores, Fonoaudiologia e Educação Especial, conforme o Decreto 5626/05, que a regulamentou e que explanaremos no capítulo seguinte. As discussões e as informações presentes demonstrarão na linha temporal os avanços que foram adquiridos pelos surdos.

1.1 Aspectos gramaticais da Libras

A língua de sinais possui uma gramática própria e tem sua estrutura em todos os níveis bem como as línguas orais, sendo eles: fonológico, morfológico, sintático e semântico (ANJOS, 2011).

Stokoe em 1960 disse em seus estudos sobre a Língua de Sinais Americana – ASL, que a língua de sinais cumpria todos os requisitos linguísticos.

Stokoe observou que os sinais não eram imagens, mas símbolos abstratos complexos, com uma complexa estrutura interior. Ele foi o primeiro, portanto, a procurar uma estrutura, a analisar os sinais, dissecá-los e a pesquisar suas partes constituintes. (QUADROS; KARNOPP, 2004, p.30)

Stokoe publicou seus primeiros estudos descritivos sobre a Língua de Sinais Americana, entre os anos de 1960 e 1970 onde identificou o nível fonológico dessa língua, que foram eles: Configuração de mãos (CM), Ponto de articulação (PA) e Movimento (M). Em 1970 depois de alguns estudos foi descrito um quarto parâmetro, sendo ele a orientação da palma da mão (OM) (GESSER, 2009).

1.2 Configuração de mão (CM)

É o que diz respeito à forma como é usada a mão que sinaliza, normalmente a direita para destros ou esquerda para canhotos, lembrando que os sinais podem ser feitos com duas mãos.

Figura 1 - Configuração das mãos



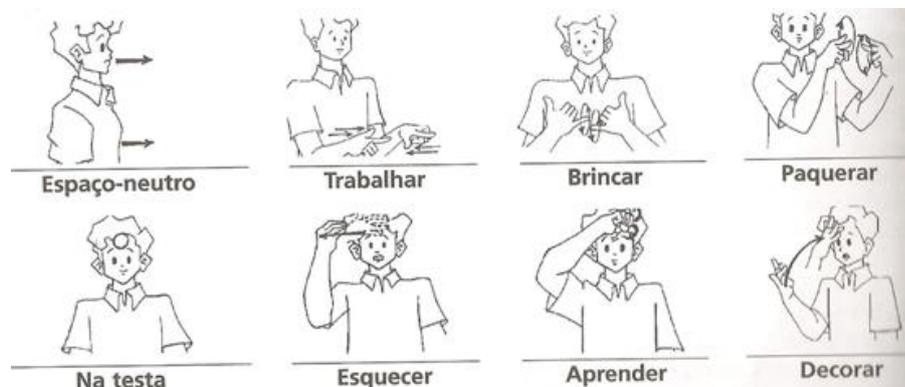
Fonte: Felipe e Monteiro (2007, p. 21)

Nesse exemplo a configuração de mão está em “S”. Os sinais, APRENDER, SÁBADO, LARANJA e DESODORANTE tem a mesma configuração de mãos.

1.3 Ponto de Articulação (PA)

É o lugar onde a mão que sinaliza se expressa, podendo tocar ou não o corpo, ou estar em espaço neutro, normalmente, a frente de quem está falando em língua de sinais.

Figura 2 – Ponto de Articulação



Fonte: Felipe e Monteiro (2007, p.22)

1.4 Movimento (M)

O movimento é o nível fonológico que pode envolver variadas formas e direções dos sinais o que pode conseqüentemente implicar em mudanças de significado nos sinais. Entretanto, os sinais podem ou não apresentar movimento.

Figura 3 – Movimento



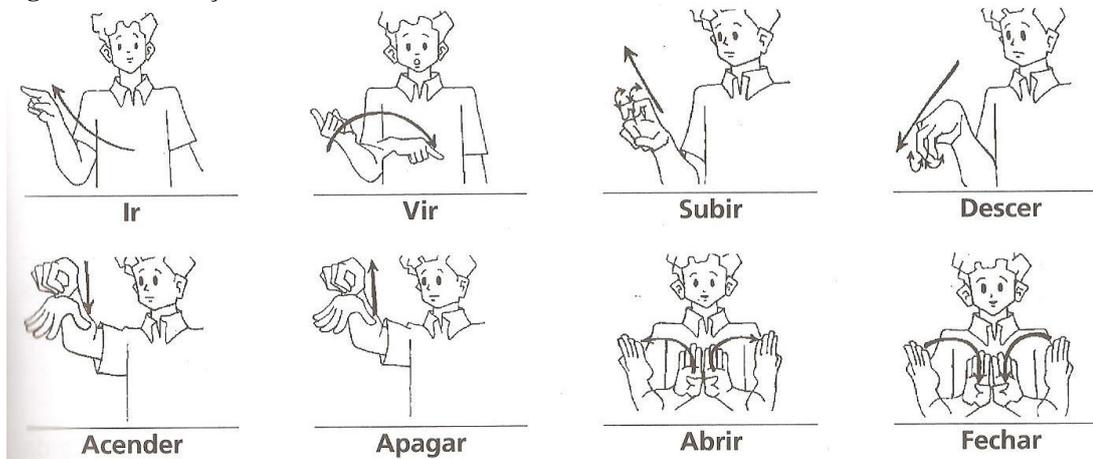
Fonte: Felipe e Monteiro (2007, p. 22)

Os sinais RIR, CHORAR e CONHECER tem movimento, como os sinais AJOELHAR, EM PÉ e SENTAR não tem movimento.

1.5 Orientação da mão (O)

De acordo com Felipe e Monteiro (2007), orientação de mão é a direção que a palma da mão assume durante a sinalização na produção do sinal.

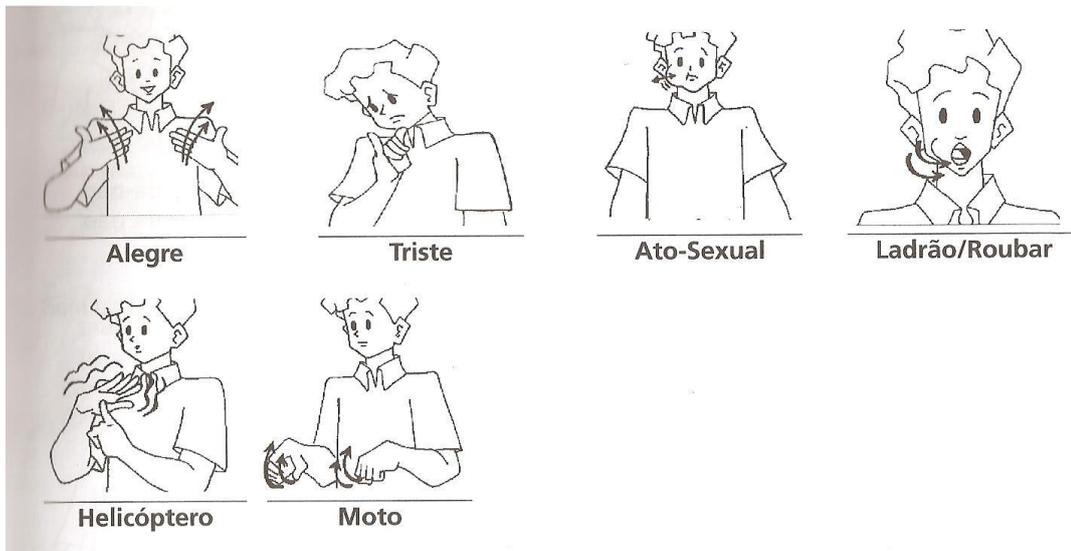
Figura 4 – Orientação da mão



Fonte: Felipe e Monteiro (2007, p.23)

Por exemplo, os sinais podem ter uma direção, para cima, para baixo, para o corpo, para frente, para a direita ou esquerda e a inversão desse movimento pode significar ideia de oposição como nos exemplos citados, IR e VIR, SUBIR e DESCER.

O que não podemos esquecer é que as mãos não são o único canal usado na língua de sinais, que pode também incorporar expressões faciais, movimentos feitos com a cabeça, com os olhos ou com o corpo que em conjunto com as mãos constroem os sinais, os movimentos contam ainda com entonação e velocidade, juntos são muito importantes pois dão sentimento e intensidade e qualificam visualmente o sinal (CAMPELLO, 2008).

Figura 5 – Expressão Facial

Fonte: Felipe e Monteiro (2007, p. 23)

Há sinais feitos somente com a bochecha como é o caso de LADRÃO, ATO SEXUAL, e há sinais em que sons e expressão facial complementam os traços manuais como no caso dos sinais de HELICÓPTERO

1.6 Fonologia e Morfologia

A fonologia estuda todas as combinações possíveis entre configuração de mão (CM), movimento (M), ponto de articulação (PA), orientação da mão (OM) e expressões não manuais (ENM) e as mudanças de significado que elas atribuem aos sinais. Quadros e define a fonologia das línguas de sinais da seguinte forma:

Fonologia das línguas de sinais é o ramo da lingüística que objetiva identificar a estrutura e a organização dos constituintes fonológicos, propondo modelos descritivos e explanatórios. A primeira tarefa da fonologia para língua de sinais é determinar quais são as unidades mínimas que formam os sinais. A segunda tarefa é estabelecer quais são os padrões possíveis de combinação entre essas unidades e as variações possíveis no ambiente fonológico (QUADROS 2004, p. 47).

Enquanto que Morfologia é a área da Linguística que estuda a estrutura interna, a formação e classificação das palavras ou sinais, assim a morfologia tem por objetivo estudar as regras de formação dessas palavras. Para Quadros e Karnopp (2004), a grande diferença morfológica entre línguas de sinais e línguas orais está em como ocorre a combinação na formação de palavras.

Depois da análise desses parâmetros nota-se que as línguas orais e as línguas de sinais são bem parecidas em sua estrutura, por exemplo, quanto a sua formação, ou seja, são formadas a partir de unidades simples que combinadas formam unidades complexas. O que as diferenciam é a forma como são feitas essas combinações.

Baseados em estudos linguísticos reconhecidos e comprovados pela comunidade acadêmica brasileira, podemos afirmar que a Libras é uma língua e essa língua é usada pela comunidade surda em seu cotidiano, os surdos tem por meio da língua de sinais, possibilidade de se expressar, desenvolver intelectualmente como qualquer ouvinte e expandir sua cultura. Por isso é preciso que ela tenha esse reconhecimento justo, dessa forma terá o poder transformador que qualquer língua oral tem.

CAPÍTULO 2

A DISCIPLINA LIBRAS

A língua de sinais é a principal forma de comunicação para os surdos e muito tem se investido nessa área na educação. Neste capítulo serão discutidos os avanços que foram acontecendo depois da Lei nº 10.436/02 e do Decreto 5626/05 para a comunidade surda, e é pensando na importância dessas conquistas que compreenderemos o contexto em que aconteceu a implementação da Libras como disciplina no ensino brasileiro.

No Brasil, a Língua Brasileira de Sinais só foi reconhecida oficialmente, através da Lei nº 10.436 de 24 de Abril de 2002, após muita luta da comunidade surda. E foi a partir desta data que discussões sobre a necessidade do respeito, a particularidade linguística, e o uso desta língua nos ambientes escolares em âmbito nacional passaram a ser melhor discutidas. Não podendo esquecer o avanço em estudos e estratégias de desenvolvimento de práticas de ensino que estivessem de fato preocupadas com a educação de surdos inclusive, em uma perspectiva bilíngue de ensino. Por isso a Lei nº 10.436/02 e o Decreto 5626/05 tem extrema importância para a comunidade surda.

Através do reconhecimento da língua de Sinais é que os surdos começaram a se organizar e a buscar com mais autoridade e afinco os seus direitos, e nos últimos anos foram vários os avanços relativos aos direitos sociais dos surdos que foram alcançados. Para a comunidade surda, ter sua língua reconhecida como meio de comunicação e expressão cultural é considerado o maior avanço já conquistado. Portanto, a lei 10.436 de 24 de abril de 2002 pode ser entendida como a maior ferramenta de empoderamento e reconhecimento dos sujeitos surdos na sociedade.

A Libras é descrita nessa Lei em seu art. 1º como a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico é de origem visual-motora, possuindo uma estrutura gramatical específica que se caracteriza por um sistema linguístico de transmissão de ideias e opiniões de acontecimentos decorrentes das comunidades surdas que existem no Brasil (BRASIL, 2002)

Dessa forma, percebe-se que a Libras não constitui um conjunto de mímicas e nem tão pouco de gestos, mas deve ser considerado um instrumento mediador dentro da realidade em que o surdo está inserido. Em seus estudos Skliar comenta a respeito da Libras:

“é o elemento mediador entre o surdo e o meio social em que ele vive. É por intermédio dela que os surdos podem demonstrar sua capacidade de interpretação do mundo desenvolvendo estruturas mentais em níveis mais elaborados” (1997, p.100).

Nos artigos 2º e 3º da Lei 10.436 de 24 de abril de 2002, respectivamente, ficam determinados que:

Art. 2º. Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil (BRASIL, 2002)

Art. 3º. As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor (BRASIL, 2002)

É através da Libras que o surdo faz interação entre as pessoas surdas e as ouvintes, fazendo com que obtenha informações do mundo no qual ele vive e está inserido, tornando-o um cidadão com direitos, deveres e responsabilidades iguais a quaisquer outro. Nesses artigos fica claro também que é papel do poder público o apoio à expansão dessa língua e com isso o apoio às comunidades surdas espalhadas pelo Brasil.

Já em seu penúltimo artigo a Lei 10.436/02 vai adiante, e dispõe que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) seja obrigatória em determinados currículos:

Art. 4º. O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente (BRASIL, 2002)

Três anos mais tarde aconteceu a regulamentação da Lei de Libras por meio do Decreto 5.626 de 23 de dezembro de 2005, a qual devemos dar a devida significância na luta dos surdos. Neste documento é previsto que o surdo, não deixe de interagir com o meio e nem de integrá-lo assim sendo, não pode ser privado das experiências de vida. O decreto inicia definindo a deficiência auditiva na perspectiva clínica: “Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz” (BRASIL, 2005). Essa base legal traz parâmetros para organizar o ensino voltado para esse grupo, desde a especificação do nível de perda de audição que caracteriza a surdez, a formação de

professores para esse público, o alcance destes ao mercado de trabalho, a formação e atuação do tradutor e o olhar atencioso a programas de saúde entre outros. A regra é, em momento algum impedir o surdo de qualquer atividade em razão da sua condição.

Por isso a Lei 10.436/02 e o Decreto 5.626/05 juntos formam uma ferramenta de luta e avanço ao longo da história e cultura da comunidade surda e para a comunidade surda brasileira, superando diversos desafios provocados pelas diferenças. O uso da língua de Sinais traz novas propostas na formação de profissionais, difunde o seu uso acelera o caminho rumo ao fim dos preconceitos já existentes na educação de surdos.

Vale destacar que essas conquistas vieram de um contexto histórico-político e social, com muitos debates e lutas da comunidade surda de um modo geral, tanto em âmbito nacional como internacional. Luta essa que podemos ver relatada em diversas publicações, como por exemplo, Felipe (2007) e Quadros (2006). Ainda segundo Felipe (2007), torna-se inegável o avanço obtido em relação ao sujeito surdo, e a Libras no Brasil após a aprovação do Decreto 5.626/2005.

Dessa forma o decreto conta com nove capítulos que partilham o mesmo objetivo que é o uso e a expansão da Libras, como meio principal de comunicação e expressão das comunidades surdas e com isso atender seus anseios que também pertence a conhecedores da luta dos surdos que estiveram presentes nessa busca de conseguir esse reconhecimento.

O capítulo II do Decreto trata da inclusão da Libras como disciplina curricular, no art. 3º fica determinado que:

A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o magistério, em nível médio e superior, e também nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2005)

Repetindo assim o já anunciado na conhecida Lei de Libras (10.436/02). No entanto, o decreto, no mesmo artigo, especifica um pouco mais. Segundo o documento são considerados cursos de formação do professor:

§1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério (BRASIL, 2005)

Ainda neste capítulo fica acertado que a disciplina Libras nos demais cursos de formação superior e formação profissional será oferecida como optativa em um ano a contar da data de publicação do decreto, diga-se de passagem foi em 2005.

No que diz respeito a formação dos professores e instrutores da disciplina, fica determinado no decreto, nos artigos 4º e 5º, qual deve ser essa formação, assim pontuado: professores do ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, e também no ensino médio e professores da educação superior devem ter formação realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua. Por outro lado, os professores da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental devem ter formação realizada em curso de Pedagogia ou em curso Normal Superior, no qual a Língua de Sinais Brasileira e a Língua Portuguesa escrita tenham se constituído como línguas de instrução, tornando possível a formação bilíngue (BRASIL, 2005).

O III e o V capítulo do decreto tratam da formação do tradutor e intérprete de Libras e da formação do professor e do instrutor de Libras. E vem pontuar e esclarecer mecanismos e ações públicas para a formação desses profissionais. No artigo 6º é assegurado que:

A formação de instrutor de Libras, em nível médio, deve ser realizada por meio de:
I - cursos de educação profissional;
II - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior;
III - cursos de formação continuada promovidos por instituições credenciadas por secretarias de educação (BRASIL, 2005)

Toda e qualquer variação dessa formação deve ter reconhecimento de uma instituição de ensino superior.

No que diz respeito à formação de instrutor de ensino médio, de acordo com o decreto, no art. 6º, fica determinado que deve ser feita por cursos de educação profissional, cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior, cursos de formação continuada promovidos por instituições credenciadas por secretarias de educação, ou ainda por organizações da sociedade que representam a comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por pelo menos uma das instituições que foram citadas, ainda fica acertado que este profissional seja ele professor ou o instrutor ambos primordiais no processo de aprendizagem dessa língua devem ser prioritariamente surdos (BRASIL, 2005)

Depois de analisados a forma como são explanados esses pontos do art. 6º no Decreto que foi publicado em 2005, fica notável a diferenciação que é feita entre o professor e o instrutor de Libras. De acordo com o mesmo, ao instrutor não está explícito a necessidade de

formação pedagógica, quanto ao professor de Libras essa formação é imprescindível tanto em nível médio como em curso na modalidade Normal, quanto em nível superior, formado em Pedagogia, desde que tenha sido viabilizada a formação bilíngue, ou curso de Letras: Libras ou Letras: Libras/Língua Portuguesa.

Os capítulos IV, VI, VII e VIII discorrem sobre a garantia de direitos primordiais das pessoas surdas, em seu art. 22º, o decreto fala da garantia da educação dessas pessoas, no qual afirma que as instituições de ensino básico devem assegurar a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva por meio de escolas e classes bilíngues, tanto na educação infantil e ensino fundamental, quanto ensino médio e educação profissional, com professores bilíngues nas diferentes áreas do conhecimento, além da presença de profissionais tradutores e intérpretes (BRASIL, 2005)

Dessa forma esses alunos podem ter uma educação de qualidade que contribua com a sua inserção na sociedade, tornando-o apto para encarar os desafios que aparecerão pelo caminho até o ingresso em um curso superior, além de questões de cunho profissional e do cotidiano que acontecem na vida de qualquer pessoa e em se tratando do sujeito surdo aparecem de forma mais incisiva e marcante. Além disso, não podemos deixar de citar a importância da troca de experiências e a relação estabelecida desses alunos com os demais, que também deve ser levada em consideração e entendida como um forte agente na luta pelo fim do preconceito e da falta de conhecimento no que diz respeito à língua de sinais.

O decreto ainda estabeleceu os prazos para que toda esta mudança seja realizada, ou seja, no máximo até dez anos que já foram cumpridos visto que o decreto é de 2005 e o ano atual é 2017, para que as Instituições de Ensino Superior do Brasil cumpram todos os quesitos exigidos pelo decreto.

Como vimos nos artigos que foram citados acima, a inclusão da Libras como componente curricular obrigatório acontece nos cursos de licenciatura e fonoaudiologia, e nos demais cursos esta inserção da Libras como disciplina é optativa. Surge então uma nova perspectiva educacional das pessoas surdas em termos de maior acesso à escola, às salas de aula em que eles estão inseridos, e às relações estabelecidas que se instalam nessa esfera.

Ter a disciplina de LIBRAS nas universidades do país é uma grande conquista para a comunidade surda, após anos lutando pela valorização e reconhecimento da língua de sinais. Com essa obrigatoriedade aconteceram mudanças que não foram somente pela sua presença, mas também pela aceitação e compreensão por parte dos alunos que passaram a conhecer melhor essa realidade. Além, é claro, da valorização e do reconhecimento da língua de sinais como primeira língua da comunidade surda brasileira.

Entretanto, segundo Albres (2012), mesmo com a Libras inserida nas instituições de ensino como componente curricular, os cursos de Libras vêm sendo implantados em diversos setores educacionais sem muito cuidado e responsabilidade. Sem o apoio de materiais teóricos e didáticos de qualidade as formações tanto de professores quanto dos demais alunos desses cursos acabam sendo prejudicados, com isso os professores de línguas de sinais se veem obrigados a recorrer às fontes alternativas de informação. Por isso, é grande a importância da obrigatoriedade que foi estabelecida na lei, de que o professor de Libras tenha formação adequada, por exemplo, professores de séries finais do ensino médio ou da educação superior devem ter formação superior em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua de acordo com o art. 4º do decreto 5.626/05 que ainda salienta que esta formação deve ser priorizada às pessoas surdas.

Muitas discussões tem se estabelecido no campo da Educação, quando o tema é formação de professor, pois a cada dia que se passa, há necessidade de profissionais completos, com novos conhecimentos. Devido a determinação do ensino da Libras nos cursos de licenciatura e fonoaudiologia, a procura por professores da área para atender em escolas de surdos, escolas bilíngues, empresas, instituições de ensino superior, igrejas, etc., aumentou grandemente, é importante que esse professor esteja capacitado e tenha consciência do seu papel que vai muito além de simplesmente “jogar conteúdo”. E embora pareça um dado novo, Paulo Freire (2007) em suas literaturas fala desse profissional como um ser político e emancipador a partir de teorias que dialogam entre si, com vistas em uma sociedade crítica para possíveis mudanças. “Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação” (FREIRE, 2007, p.44).

Aprender uma nova língua envolve muitas coisas, entre elas, tempo, dedicação e esforço e para que haja sucesso nesse processo deve haver interesse tanto por parte dos alunos, quanto dos professores, é do professor o papel de entender, contemplar e percorrer as necessidades individuais e os estilos de aprendizagem de seus alunos (GESSER, 2006). Alguns autores como Silveira (2008) e outros defendem que se esse professor for uma pessoa surda ele terá uma dominação maior e com isso um melhor resultado na formação dos seus alunos. A autora afirma que “é necessário que o professor conheça profundamente a LS (Língua de Sinais) para ensinar crianças surdas, sendo preferencialmente um professor surdo, pois língua de sinais é sua língua nativa” (SILVEIRA, 2008: 86).

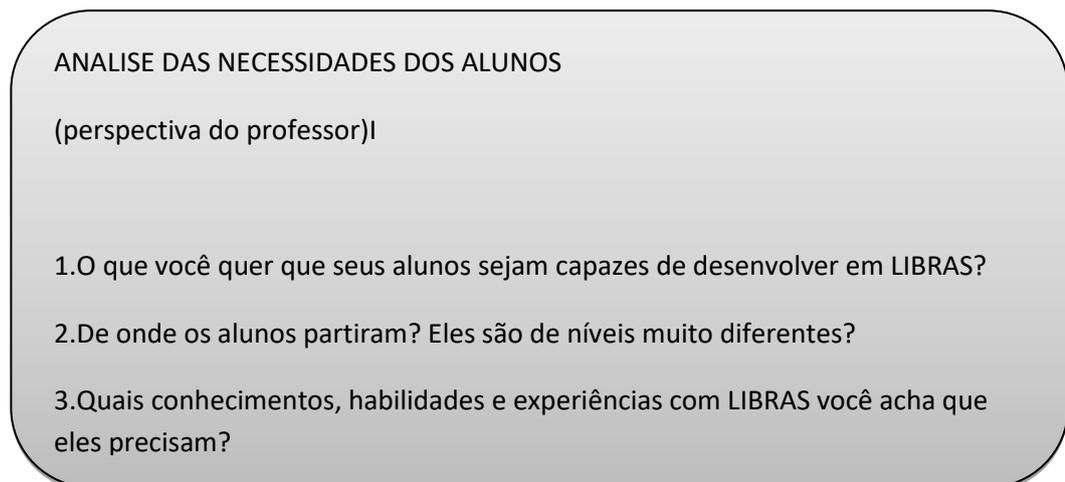
Dessa forma o objetivo que Freire (2007) dizia poderá ser alcançado, ter professores de qualidades inseridos nos cursos de formação espalhados por todo país trará resultados para a história do surdo e de suas comunidades tendo em vista que a sociedade estará melhor

formada, e assim estereótipos que já foram estabelecidos ao longo de toda trajetória da luta pelos direitos dos surdos serão reavaliados, essa inclusão da disciplina Libras acaba tornando as pessoas questionadoras e críticas capazes de construir por meio dessa educação de qualidade grandes mudanças em suas vidas. É importante que o professor tenha consciência do seu papel que vai muito além das paredes da sua sala de aula.

Porém não podemos deixar de citar que o ato de ensinar Libras no nível superior nas mais diversas vertentes de instituições de ensino superior que encontramos por todo Brasil é no mínimo desafiador, isso levando em consideração as particularidades que constroem o ensinar de uma língua que apresenta uma estrutura visual-espacial que na verdade, não contempla a experiência oral dos alunos, mas segundo Skliar (1998) favorece o reconhecimento do outro e um novo modelo social de convivência com as diferenças na escola e na comunidade.

Audrei Gesser (2012) sugere uma análise importante e com questionamentos que ajudam o profissional na hora de pensar suas aulas e de como ele pode ensinar a Libras de forma que seu aluno tenha um bom aproveitamento e reconheça o outro e suas necessidades principalmente se esses alunos forem de cursos de licenciatura e de Pedagogia que terão muito presente em seu dia a dia profissional alunos surdos . Segue a sugestão ilustrada a seguir:

Figura 6 – Análise das necessidades dos alunos



Fonte: Gesser (2012, p.48)

O ensino de uma língua envolve conexão entre língua e cultura (GESSER, 2012). Portanto, não basta querer que os alunos dos cursos de Pedagogia e fonoaudiologia saibam e aprendam a Libras mas também é importante que esse aluno conheça a luta da comunidade

surda, sua cultura e especificidades. Dessa forma esse aprendizado passa a ter uma significância maior, inclusive a longo prazo quando de fato esses estudantes terão seus alunos surdos e precisarão ter sobre ele um olhar contextualizado.

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA

3.1 Pesquisa Qualitativa

A abordagem metodológica que foi escolhida para este trabalho foi a pesquisa qualitativa. Uma das características desse tipo de trabalho é que a pesquisa qualitativa não se preocupa apenas com a representatividade numérica, mas também, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social ou de uma organização (SILVEIRA, 2009).

Alguns estudos buscam explicar o porquê das coisas, mas não quantificam os valores e nem se submetem à prova de fatos, isso se dá porque os dados que são analisados pertencem a diferentes abordagens, outro aspecto importante desse tipo de trabalho é a preocupação que se tem com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, através da compreensão da dinâmica das relações sociais que estão sendo pesquisadas, como é no caso da pesquisa realizada nesse trabalho de conclusão de curso, que buscou compreender como se deu a implantação da disciplina Libras na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB).

Ao ser inserida como disciplina no curso de formação de professor pelo decreto 5626/05, a Libras ganha o reconhecimento que a comunidade surda tanto almeja e dessa forma é preciso analisar a disciplina de língua brasileira de sinais no curso de Pedagogia da Universidade de Brasília para que possamos entender como se deu esse processo e de que maneira essa inserção contribuiu e contribui para a formação do professor.

Outras características da pesquisa qualitativa segundo Gerhardt e Silveira (2009) são: objetivação do fenômeno, classificação através da hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno, observação das diferenças entre o mundo social e o mundo natural, respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores.

As autoras ainda chamam a atenção para alguns limites e riscos que a pesquisa qualitativa pode oferecer, por exemplo, a confiança exagerada no investigador como instrumento de construção de dados e possuidor da absoluta certeza a respeito do que está sendo pesquisado.

3.2 Pesquisa Descritiva e Estudo de caso

Segundo o autor Triviños (1987) a pesquisa descritiva é mais um método de pesquisa do qual é extraído do pesquisador uma série de informações sobre o que ele deseja pesquisar. Esse tipo de estudo tem por objetivo a descrição de fatos e fenômenos de forma clara, afim de salientar o maior número de informações sobre a realidade que está sendo pesquisada.

Segundo Gerhardt e Silveira (2009), são exemplos de pesquisa descritiva: estudos de caso e análise documental. Nesta pesquisa, optamos por trabalhar com Estudo de Caso, pois é um tipo de procedimento que serve para descrever dados com o objetivo de ter uma pesquisa clara e verídica de acordo com Ana Maria Roux, nesse método, essa construção se dá pela observação de dados , experiências pessoais, histórias de vida, entre outros.

3.3 Instrumentos de pesquisa

3.3.1 Entrevistas

A entrevista é uma técnica onde o pesquisador tem um contato direto com o entrevistado (sujeito da pesquisa), com o objetivo de se inteirar de suas opiniões no que diz respeito ao que está sendo pesquisado. Essa estratégia de pesquisa precisa ter uma atenção especial e passar por um planejamento prévio, uma vez que depende desse instrumento um resultado de qualidade para que o pesquisador faça uma análise cuidadosa para a melhor construção da pesquisa, dessa forma a entrevista deve ter um desenvolvimento e aplicação de qualidade, sem contar a importância de se elaborar boas questões com objetivos efetivamente claros, a fim de que se obtenha o resultado final pretendido.

No caso deste trabalho, foram desenvolvidas entrevistas com professores que estiveram envolvidos na implantação da disciplina Libras como obrigatória no curso de Pedagogia na Faculdade de Educação na UnB, a fim de entender todo esse processo e suas especificidades.

As entrevistas foram gravadas e transcritas para a partir delas serem analisados e extraídos os resultados.

3.3.2 Análise Documental

A pesquisa documental é aquela realizada em cartas, fotografias, atas, relatórios, obras originais, leis, ofícios etc. (SANTOS, 2000). Nesse sentido, Fonseca ainda completa:

A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

É importante escolher com atenção os documentos que serão analisados para que estes acrescentem e alcancem o objetivo da pesquisa que está sendo realizada. Nessa pesquisa foram analisados a ementa da disciplina Escolarização de Surdos e Libras, o Documento de criação da disciplina e o plano de curso.

3.4 Campo de Pesquisa

Flick (2004) define que campo de pesquisa pode se configurar como uma instituição, um grupo de pessoas ou uma família. Dessa forma foi realizada a pesquisa na Faculdade de Educação no curso de Pedagogia com professores da área de Educação Especial/Inclusiva.

A Faculdade de Educação da Universidade de Brasília teve como o orientador do seu projeto original o então reitor e um dos fundadores da universidade, Anísio Teixeira, no ano de 1963, entretanto sua implantação não aconteceu de imediato por consequência da intervenção militar e do cenário político que o país enfrentava na época. A Faculdade de Educação foi de fato implementada em 1966, tendo seu curso de Pedagogia reconhecido somente em 1972.

No ano de 1988 houve uma reforma curricular e em 1994 a Faculdade de Educação ofertava o primeiro curso de graduação noturno da universidade. Em 2003 foi realizada mais uma reformulação educacional que está em vigor desde então.

A Faculdade conta com três prédios, que foram os primeiros a serem construídos no campus Darcy Ribeiro e são chamados de FE 1; FE 3 e FE 5. Uma das curiosidades sobre esse espaço é que nele funcionou a primeira reitoria da Universidade de Brasília.

O Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação de Brasília possui atualmente dois mil estudantes e oferece semestralmente 150 vagas, com uma carga horária de 3.210 horas

que são distribuídas em 214 créditos, destinados a formar profissionais para atuar em diversas áreas relacionadas à educação.

Esse trabalho analisa a disciplina Libras nesse espaço e contou com a colaboração dos sujeitos que compõem a Educação Especial/Inclusiva da Faculdade de Educação para a sua construção.

3.5 Sujeitos da Pesquisa

De acordo com Flick (2004) são as pessoas que serão ouvidas ou observadas durante toda a investigação, eles constituem o campo de pesquisa e são da escolha do pesquisador, entretanto essa escolha não deve ser aleatória e impensada, esses sujeitos devem contribuir ao invés de atrapalhar a pesquisa, através do que for analisado e das respostas das entrevistas, se for esse o caso, é que vai se construir o trabalho. É necessária a definição de critérios para o melhor aproveitamento desse sujeito (FLICK, 2004).

Neste trabalho os sujeitos foram professores da Faculdade de Educação -UnB, que acompanharam de perto todo o processo de mudança e implantação até que a Libras se tornasse um componente curricular obrigatória, especificamente professoras da área de Educação Especial e Inclusiva.

Assim sendo essa pesquisa se desenvolveu de forma bibliográfica, a qual fundamentou as entrevistas para que se estabelecesse a dinâmica teoria-prática-teoria, com novas construções de pensamentos transformando-se em aprendizagem.

CAPÍTULO 4

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para alcançar o nosso objetivo, entrevistamos as professoras que fazem parte da Área de Educação Especial/Inclusiva da Faculdade de Educação/UnB. As entrevistas foram realizadas por meio digital, a partir de perguntas elaboradas pela pesquisadora. Posteriormente todas as falas foram transcritas e em seguida realizada a análise, na qual ocorreram os recortes, de acordo com a temática pesquisada. Nesse sentido, as respostas foram organizadas nas seguintes temáticas: Libras como disciplina; Libras e formação de professores; Disciplina Libras no curso de Pedagogia; História da criação da disciplina Libras na FE; Pontos a considerar.

4.1 Libras como disciplina

Considerando a história de luta das comunidades surdas brasileiras, em favor da língua de brasileira de sinais, perguntou-se sobre a importância da Libras ter tornado-se disciplina, e as entrevistadas afirmaram:

Entrevistada 1:

Ela vem, de fato, para corrigir uma dificuldade que o sistema tem de trazer esse conteúdo como uma necessidade objetiva das pessoas de se apropriarem dessa linguagem, inclusive para facilitar a própria inclusão da comunicação das pessoas surdas. Me parece que na formação do professor, principalmente, isso tem um valor fundamental considerando que ele será um futuro profissional e a perspectiva inclusiva, de fato, precisa está contemplada. Então ele ter a formação mínima na condição de Libras, é fundamental

Entrevistada 2:

A criação da disciplina de Libras foi uma demarcação extremamente importante e ratificou o reconhecimento da cultura entre o povo surdo. Então, quando a gente cria um dispositivo disciplinar como esse, não é apenas um dispositivo curricular na formação, mas ele é um dispositivo político extremamente importante. Os desdobramentos que nós fomos tendo em termos de educação dos professores, foi o fundamental. Então, reconhecer, tornar visível e ampliar essa formação ética, política e cultural dos ouvintes que cursam a disciplina foi o grande ganho, e eu acho que é a questão mais importante que está em jogo com o dispositivo que é aparentemente obrigatório, mas que faz com que nós tenhamos ganhos

importantes em termos pedagógicos e de formação. A minha perspectiva é de que a gente teve com isso uma ampliação da consciência de quem é o surdo e da sua cultura.

Entrevistada 3:

O fato da Libras ter se tornado uma disciplina obrigatória para os cursos de licenciatura, fonoaudiologia, me parece uma coisa bastante interessante pra difusão da língua de sinais, mas é porque no fundo ninguém vai sair falando de uma língua (qualquer que ela seja) em um semestre, então o que acho é que ela garantiu uma difusão da cultura surda, via língua.

Análise:

No trecho 1, uma das entrevistadas deixa claro a importância da criação da disciplina Libras no curso de Pedagogia e vê nisso a oportunidade de comunicação entre professores e alunos.

Além disso, no trecho 2 outra entrevistada vê a inserção da disciplina Libras como uma abertura importante que marca não só a língua em si mas o reconhecimento da cultura surda. A mesma afirma que tornar visível essa cultura e não limitar a formação de professores, abrangendo toda a parte política e cultural, acarreta segundo a mesma o maior ganho para os alunos ouvintes que cursam essa disciplina. No trecho 3, a outra entrevistada destaca a obrigatoriedade dessa disciplina como ponto positivo pois através dela houve um aumento da difusão da Libras, porém alerta que um semestre não será suficiente para aprender uma língua com todas as suas características mas que ainda assim o ganho para a cultura surda é muito grande porque a mesma passa a ser conhecida e reconhecida.

Além do exposto, chama atenção que a cultura surda seja vista por algumas entrevistadas como o eixo dessa disciplina, ou seja, que vai para além do aprender só mais uma língua, pois o olhar de duas das entrevistadas alerta para importância de ensinar sobre surdez e Libras através de um ponto de vista cultural, político e social, com isso essas pessoas passam a ser reconhecidas como já deveriam ter sido. De acordo com Gesser (2009) as memórias que o surdo traz sobre a sua história foi o que motivou o movimento surdo a lutar pela sua língua, a Libras.

Como vimos ao longo de nossa pesquisa, os sujeitos surdos passaram por um processo muito doloroso, no qual na maioria das vezes foram negados inclusive por seus familiares, humilhados, sem contar que a sociedade não os aceitava da forma como são, por pensar erroneamente que seriam incapazes. Essa hegemonia ouvinte tende a diminuir com a implementação da disciplina, pois isso se dá pelo aumento de alunos que passam por essa

disciplina e conhecem um pouco melhor essa história. São esses alunos que terão uma formação mais adequada para repassar para os seus futuros alunos em suas salas de aula de forma correta e coerente de que forma encontra-se constituída a cultura surda, além dos mesmos estarem minimamente preparados para receber os seus próprios alunos surdos, isso porque não podemos esquecer que esses têm sim suas especificidades na maneira de aprender.

Em suma, a criação de uma disciplina que ensine Libras e a história pelo qual os surdos passaram ao longo dos anos é um ganho imensurável para os cursos de formação de professores, além dos demais que foram contemplados pelo Decreto 5626/2005. Esse contato que os graduandos passam a ter com a surdez garante ao surdo um maior reconhecimento por parte da sociedade e respeito aos seus direitos, passando a ser vistos de outra perspectiva.

Além disso, entendemos que um pedagogo deve estar preparado para acolher todos os alunos que receber em suas salas de aula, e nesse todo deve estar incluído alunos surdos. Sabemos que a formação em um semestre não é suficiente para que nenhum profissional se capacite com qualidade, daí a necessidade de formação continuada nessa área, a fim de melhor atender as especificidades de desenvolvimento dos alunos.

4.2 Libras e formação de professores

De acordo com o Decreto 5626/05 que torna obrigatória a oferta da disciplina Libras em cursos de formação de professores e fonoaudiólogos, perguntou-se às entrevistadas a respeito da importância de futuros professores terem acesso a esse tipo de conhecimento, -em resposta elas afirmaram:

Trecho 1:

Essa lei, ela vem de fato, normatizar a oferta obrigatória de Libras. A princípio na área de formação de professores e de profissionais que estão em áreas muito próximas relacionadas, vamos dizer assim, com a atuação desse futuro profissional, que é o profissional da comunicação, da educação, futuro professor. Na verdade, a formação é necessária, a obrigatoriedade obriga o sistema a se organizar, as universidades fazerem essa oferta, mas eu acho que o valor maior é em relação ao reconhecimento do direito, que as pessoas fazem, de receberem o atendimento necessário, fico pensando em relação a atuação desses profissionais para atenderem bem essas pessoas, as pessoas surdas. No fundo vamos dizer assim, garantir uma condição de formação para favorecer a inclusão, a boa comunicação, sobretudo, qualificação profissional pra lidar com essa demanda específica da pessoa surda que, a rigor, deveria ser, não só para essas áreas, mas pra

todos os cursos de formação dos demais profissionais.

Trecho 2:

Eu considero extremamente importante que futuros professores tenham acesso a esse tipo de conhecimento. É fundamental para a formação inicial de um professor. Esse outro surdo, ele só será reconhecido em sua autoridade se nós realmente formos atuando juntos e na defesa de seus direitos. Nós só vamos ampliar a comunidade se a gente também conseguir trabalhar desde a formação inicial com os professores das crianças, que também serão crianças surdas e ouvintes, lá na escola. Então, só se defende o que a gente conhece, a lei nos ajudou a abrir espaço pra conhecer a cultura surda aos professores. Mas também eu acho que tratar da especificidade da formação de um pedagogo que irá trabalhar com as crianças surdas. A lei vem para dar esse reconhecimento político importante, mas também para nos ajudar a trabalhar com a formação de professores se pensarmos apenas no curso de Pedagogia, não pensando em Fonoaudiologia, Letras, inclusive.

Trecho 3:

Eu acho que na verdade o fato dela ser optativa para todos os outros cursos e obrigatória para as licenciaturas incluindo as dos que eu nomeei na primeira pergunta e Fonoaudiologia faz com que haja uma difusão da cultura surda, que a língua permite. E é nisso que reside a importância, porque para alguém que queira falar Libras, não adianta nada ficar fazendo só um semestre de Libras. Para o professor é um disparador de possibilidades.

Análise:

Percebe-se no trecho 1, que a entrevistada enxerga a obrigatoriedade da disciplina como um marco para uma melhor formação na área de surdez por parte dos futuros professores ou outros profissionais que possivelmente encontrarão ao longo da sua trajetória profissional pessoas surdas. Em seu ponto de vista, a disciplina obrigatória força o sistema a se organizar para oferecer da melhor forma essa disciplina. A entrevistada ainda chama atenção para a questão da criação dessa disciplina em outros cursos de formação.

No que diz respeito às demais entrevistadas, consideram fundamental essa disciplina na formação inicial do professor, além de considerá-la um agente de expansão da cultura surda, tendo em suas perspectivas o objetivo de apresentar e fazer conhecer a cultura surda pelos alunos, que vem de um contexto histórico-político e social, com muitos anos de lutas por parte desta comunidade em todo o mundo. Como vimos de acordo com Felipe (2007),

torna-se inegável o avanço obtido em relação ao sujeito surdo, e a Libras no Brasil após a aprovação do Decreto 5.626/2005.

Posto isso, uma das entrevistadas ainda chama atenção para a formação em apenas um semestre, segundo a mesma esse tempo pode não ser suficiente, porém conclui dizendo que para o professor é um disparador de possibilidades.

O que mais destaca-se nas entrevistas, é a convicção das entrevistadas com relação à positividade dessa disciplina, todas vêm como um avanço considerável para a difusão da Libras e da Cultura Surda.

Ao longo dos anos os surdos foram conquistando seu espaço na sociedade, o reconhecimento da Libras como sua primeira língua talvez tenha sido o maior desses alcances, e com isso, surge cada vez mais a necessidade de atendimento para essas pessoas, por isso é importante que pessoas comprometidas se dediquem a aprender mais sobre a surdez e suas especificidades a fim de melhor atender esse público nas mais variadas necessidades, por exemplo em lojas, hospitais e principalmente na sua vida escolar.

Além disso, através de estudos desenvolvidos para construir esse trabalho pudemos perceber que os surdos que são submetidos à educação regular sem o mínimo de condições adequadas que seria o ensino de todos os conteúdos através de sua primeira língua, a Libras, apresentam um desempenho menor em relação aos alunos não surdos na mesma sala de aula. Isso se dá muitas vezes pela formação inadequada que professores recebem ao longo da sua formação. Muitos deles não tiveram nenhum tipo de formação nesse sentido. A implementação do Decreto 5626/2005 obriga instituições de ensino que formam futuros professores e fonoaudiólogos a oferecer um mínimo de conhecimento, para que seja possível aos surdos uma educação igualitária e com as mesmas condições dos ouvintes.

4.3 Disciplina Libras no curso de Pedagogia

Considerando-se que na Universidade de Brasília (UnB), especificamente no curso de Pedagogia a disciplina Libras possui um nome diferenciado: “Escolarização de surdos e Libras”, perguntou-se as entrevistadas o que sustenta esta especificidade, quais as consequências desta escolha na formação destes futuros professores:

Trecho 1:

Na verdade faz toda a diferença. Quanto à área, os professores da área, principalmente os especialistas na área da surde, quando nós tomamos conhecimento da ementa e da

proposta da disciplina de Libras, nós percebemos que havia sim, uma necessidade de reconfigurar essa disciplina dando a ela na Faculdade de Educação foco realmente da educação dos surdos, porque é esse o foco da formação na educação. Na verdade, Libras é uma língua, não é? Ela tem estrutura de língua e para a formação do professor no que pesa é a necessidade do domínio dessa língua, de Libras, ela tem um significado maior no contexto da educação né? Então, na verdade, é trabalhar para além da língua as questões didáticas, as questões das práticas pedagógicas compreendidas como os recursos e as estratégias que o professor precisa dominar para trabalhar com a Libras. Então ele precisa dominar, ter os princípios fundamentais, mas precisa sobretudo, trabalhar com a pessoa surda na sua forma de aprender. Então, é para além do domínio da língua, mas o conhecimento também de como essa pessoa surda aprende, se desenvolve, então tem que contemplar essas duas partes.

Trecho 2:

Quando da formação e da construção dessa disciplina aqui na Pedagogia, nós nos perguntávamos muito qual seria a especificidade em termos a disciplina que fosse apenas para trabalhar com os professores de Pedagogia em formação. E a nossa grande discussão foi: se seria escolarização de surdos ou educação de surdos. Particularmente eu gosto muito da ideia de educação de surdos e Libras, mas, reconheço que a especificidade dessa disciplina ganha no nome escolarização quando a gente defende que os processos de: letramento, alfabetização, numeramento, precisam ter um espaço específico de discussão para a questão da educação de surdos e especialmente das crianças surdas. Então, a ideia de ter uma disciplina de escolarização de surdos e Libras é: trabalhar com a língua, mas, mais importante ainda, trabalhar com a questão da especificidade da formação do pedagogo para trabalhar com as crianças surdas.

Trecho 3:

O que gerou essa questão da diferenciação é uma das coisas que não aparecem no Decreto: Que o estudante de Pedagogia na licenciatura de Pedagogia é um estudante que não vai lidar com criança que fala Libras, não é a mesma formação que se tem para as licenciaturas como por exemplo de segundo grau: Física, Química, Biologia etc. Porque a criança surda que é muito provavelmente filha de pais ouvintes (a maioria) vai chegar na escola sem saber Libras. Então, era preciso que se incorporasse na disciplina da Pedagogia, uma série de questões que não estão na Linguística, mas que estão na aquisição de uma primeira língua, numa perspectiva de psicolinguística. O professor tem que ter noção de que não adianta que tenha intérprete na sala de aula, por exemplo, que a criança não tem Libras como possibilidade expressiva. Era para trabalhar com esse conteúdo, também, além da estrutura, da própria disciplina de Libras, que ela ganhou esse nome.

Análise:

De acordo com as respostas, as entrevistadas pontuam positivamente a disciplina na Faculdade de Educação na Universidade de Brasília no que diz respeito a trabalhar para além do ensino da estrutura gramatical da língua, da Libras, abordando também práticas pedagógicas e estratégias de ensino para melhor ensinar a pessoa surda. Além disso, uma delas ainda salienta a dúvida na escolha do que seria o nome da disciplina, educação ou escolarização, mas acredita que o termo “escolarização” pode significar ainda mais a especificidade da disciplina no curso de Pedagogia, por entender que a criança surda precisa ser especialmente atendida em suas necessidades de aprendizagem escolar.

No terceiro trecho, a entrevistada traz a realidade das escolas de educação infantil e fundamental 1, pois como as crianças surdas em sua grande maioria são filhos de pais ouvintes, chegam sem língua na sala de aula, por isso segundo a mesma foi pensada uma disciplina na qual o pedagogo que atenderia essas crianças, pudessem ter um suporte e um embasamento de como refletir e atuar nessa realidade. Ela ainda acrescenta que isso é diferente das licenciaturas que receberão esses alunos já em uma idade avançada, no ensino fundamental II ou no ensino médio, por exemplo.

Destacam-se, assim, os pontos que encaminharam essa escolha e orientaram a decisão por um nome específico para a disciplina no curso de Pedagogia. Essa especificidade, segundo as entrevistadas, foi uma discussão longa, mas que buscou atender e abrir a disciplina para melhor oferecê-la para a comunidade da Faculdade de Educação. Além disso, a fala das mesmas revela que houveram estudos e discussões antes dessa decisão e que levaram em conta todas as singularidades que os surdos têm para que fosse possível uma formação íntegra e justa do futuro professor.

O ensino de Libras no ensino superior foi –um avanço muito importante para as pessoas surdas, através dessa disciplina o alcance que as questões relacionadas a surdez atingem é ainda maior, além disso aproveitar esse espaço dentro das universidades para trabalhar também a educação de surdos, suas filosofias, discutir a identidade e a cultura surda como ocorre no curso de Pedagogia na Universidade de Brasília, e não só os aspectos gramaticais como é o mais comum nas demais disciplinas de Libras, torna essa disciplina uma ferramenta de transformação de todos aqueles que passam por ela e que saem

entendendo melhor esse processo. Como escreveu Gesser, o ensino de uma língua envolve conexão entre língua e cultura (GESSER, 2012).

4.4 Criação da Disciplina Libras na Faculdade de Educação

Todas as entrevistadas vivenciaram o momento histórico que foi a inclusão da disciplina “Escolarização de surdos e Libras” na Faculdade de Educação – UnB, então perguntou-se quais fatos e/ou personagens elas consideraram fundamental para essa criação, elas afirmaram:

Trecho 1:

Eu participei sim desde o começo. Na verdade isso foi o resultado de conquista não é? Quando a disciplina de fato foi colocada como obrigatória, ela chegou como uma demanda a ser realizada, mas na verdade, houve o movimento dos professores da área, foi um momento, claro, de alegria não é? Porque nós tínhamos já professores que eram especialistas nessa área, porém dando as disciplinas gerais e a disciplina de Libras era muitas vezes ofertada como um curso de extensão, como um evento de extensão, porque, de certa forma, nós sabíamos e todos sabiam a importância de contemplá-la no curso de Pedagogia de alguma forma. Então foi sim, motivo de conquista foi motivo também de trabalho, no sentido de trabalhar na reconfiguração. Nós tivemos que de fato fazer todo um processo pra diferenciar da disciplina pura de Libras e, de fato, a área se fortalece, se fortaleceu com esse campo e tem crescido nesse sentido. A oferta obrigatória gera uma demanda em crescimento e agora também tem como desdobramento disso a recém-criação do laboratório Labes-Libras, porque é para além do ensino., Nós vamos ter na Faculdade de Educação um trabalho extensivo na pesquisa, no ensino, na orientação. Então eu acho que ela foi o começo, foi um início muito importante para que esse espaço de atendimento, de formação para o trabalho com a pessoa surda, pudesse efetivamente se institucionalizar como uma força muito grande na Faculdade de Educação, que me parece que é o lócus e de fato bastante pertinente para que esse trabalho seja realizado.

Trecho 2:

Eu cheguei para trabalhar como professora na Faculdade de Educação logo na sequência em que a discussão começava em todas as universidades do Brasil para implementar o Decreto 5626 de dezembro de 2005. Então, à época, a professora Cristina Madeira era coordenadora de área e eu me lembro de nós termos feito várias discussões nas reuniões de como nós faríamos isso. Então, em 2006, eu me lembro que foi a primeira vez em que

nós fizemos a descrição dessa disciplina, e ela se chamava "Surdez e Linguagem na Educação Inclusiva". A professora Celeste estava trabalhando conosco com a área de surdez, então ela oferecia projetos na área de surdez que chamava exatamente "sujeitos, surdos, linguagem e aprendizagem" ou "surdez e linguagem na educação inclusiva" também, (o nome dos projetos) e a partir da entrada da professora Celeste e das discussões da área, a disciplina foi tomando forma e isso demorou alguns anos pra que ela de fato se tornasse Escolarização de surdos e Libras, e eu me lembro de várias pessoas nessa discussão, especialmente os professores da área de Educação Inclusiva (professora Albertina, professora Cristina, professora Amaralina, professor Eduardo, professora Patrícia, professora Carla, professor Bianor, eu, logo em seguida com a saída da professora Celeste, entra a professora Edeilce, e a discussão já estava no Conselho da Faculdade de Educação, foi um longo processo. Foi e voltou algumas vezes pra reitoria, até que essa disciplina fosse então reconhecida e nós a tivéssemos. A época eu era coordenadora da área, em que a gente conseguiu um código específico pra disciplina e começamos a oferecer a disciplina "Escolarização de surdos e Libras".

Trecho 3:

Em verdade, eu vivenciei sim. Eu fui a parecerista desse processo e tudo isso passou pela minha mão, e essa ideia, inclusive, de atender à singularidade, atender a essa especificidade da formação do pedagogo, frente às outras licenciaturas e na tentativa de mostrar que a disciplina seria equivalente a Libras e não diferente. Porque é preciso que a gente entenda o que eu expliquei na pergunta três, que a criança pequena surda não tem Libras ainda, essa questão foi que prevaleceu no meu parecer, então ela surgiu a partir de um parecer que eu dei para atender o decreto.

Análise:

Todas as entrevistadas participaram do processo de criação da disciplina e destacaram os argumentos para a diferenciação de uma disciplina pura e simplesmente do ensino da Libras. Dessa forma, destaca-se nesse processo a participação de todos os professores da área de Educação Especial naquele período.

Uma das entrevistadas chama atenção para o crescimento dessa área na Faculdade de Educação, expandindo-se para além do ensino, mas pesquisa, orientação e criação do laboratório da área. No trecho dois, a entrevistada lembra que foi um processo que duraram anos. E no trecho 3, a entrevistada conclui mais uma vez dizendo da importância que tem essa disciplina frente ao atendimento da especificidade da criança surda que chega sem língua na escola.

Ressalta-se o papel fundamental que cada professor teve no processo de criação da disciplina e o entendimento delas no que diz respeito à especificidade da mesma, considerando que será ministrada para professores em formação. Isso mostra que as mesmas precisaram estudar a legislação e o aporte teórico sobre estudantes surdos e cultura surda para entender quais eram as suas necessidades, e talvez a maior dela seja um acesso à educação de qualidade com professores que saibam como lidar com o aluno surdo em sala de aula, como vimos, a Libras vem sendo inserida nas instituições de ensino como componente curricular, por todo o país, mas infelizmente esse processo acaba acontecendo sem muito cuidado e responsabilidade, Albres (2012).

Dessa forma, percebe-se que o processo de implantação da disciplina “Escolarização de Surdos e Libras” foi sim um processo longo, mas também muito rico em qualidade, cheio de escolhas acertadas e discussões que buscaram atender ao máximo, dando a devida atenção à luta que a comunidade surda tem e que já é tão antiga.

Na Universidade de Brasília (UnB), a disciplina Libras especificamente na Faculdade de Educação vem acompanhada de um contexto educacional dos aspectos que envolvem o modo de desenvolvimento e aprendizagem da criança surda, das implicações da formação continuada do professor, das especificidades de desenvolvimento dos estudantes surdos, sua língua, sua identidade, sua cultura e até da Língua Portuguesa como segunda língua.

4.5 Pontos a considerar

Trecho 1:

Pediu-se as entrevistadas que concluíssem sua fala, dizendo o que era importante considerar desse processo.

Eu acrescentaria, ainda, o desafio, que se coloca e que temos essa compreensão, de contemplar também a oferta de cursos de Libras para os funcionários, para toda a comunidade não só da FE mas pra comunidade da Universidade de Brasília. Porque é nesse campo que a gente compreende, que precisa ser também contemplado. Eu acho que a comunicação deve ser de todos, a inclusão dessas pessoas, o atendimento as pessoas surdas precisa ser um compromisso, uma responsabilidade, mas, sobretudo, também, um domínio de todas as pessoas que estão no contexto da universidade. Então, o nosso desafio é esse: avançar. Não só na oferta de disciplinas obrigatórias, como é o caso no curso de Pedagogia, mas ofertar também cursos regulares frequentes, ações que trabalhem também com funcionários, com professores, para que todos consigam se familiarizar e dominar

minimamente a Libras para fazer a comunicação com as pessoas surdas, que, com certeza, estarão cada vez mais chegando na nossa Faculdade de Educação.

Trecho 2:

Eu gostaria de acrescentar que a disciplina de surdos e Libras é importante quando a gente pensa a formação do Pedagogo, quando a gente reconhece essa disciplina como espaço cultural e político importante, especialmente ético, mas a Faculdade de Educação precisa de outros espaços. Nós precisamos de espaços que façam uma ligação com a comunidade, precisamos de intérpretes com trabalho dedicado dentro da Faculdade de Educação, para que possa atender não só os estudantes surdos, mas os professores surdos que têm chegado e estão trabalhando conosco, e que nós ainda estamos na operacionalização do trabalho, dos intérpretes, do laboratório da disciplina, e do próprio PPNE é uma dificuldade. Nós estamos nesse momento da discussão educacional dentro da Faculdade de Educação, que é como alinhar esses diferentes campos de atuação para que a gente realmente consiga ajudar e trabalhar junto com a rede pública e com a comunidade e atender a nossa demanda interna.

Trecho 3:

Depois de doze anos do decreto e de algum tempo da disciplina como obrigatória na Faculdade de Educação, de repente isso valeria também pra própria UnB. Eu acho que a gente poderia estar propondo como estudo uma avaliação desse perfil/dessa disciplina, frente ao decreto que só especifica Libras como língua mesmo, que é uma das interpretações que vá fazer Libras lá no IL, mas eu acho que a gente tinha que fazer uma reavaliação pra enfatizar essas questões específicas da pedagogia, principalmente no que tange à educação infantil, e à primeira fase do fundamental.

Análise

Dentre os pontos a considerar destacados pelas entrevistadas, elencamos a importância da comunicação entre as pessoas surdas e ouvintes.

Nessa perspectiva, a oferta de cursos de Libras na faculdade –favorecerá pessoas surdas e ouvintes que buscam essa comunicação, bem como o cotidiano do aluno surdo dentro da UnB que terá em seu dia a dia um numero maior de pessoas que conheçam e que dominem sua língua, em sua fala a entrevistada 1 sugere que para além da disciplina, seja ofertada também cursos de Libras, para que possa atender também os funcionários e professores da UnB.

Além disso, a entrevistada 2 enfatiza a necessidade de que se tenha um espaço de discussão onde a comunidade possa participar, tanto na Faculdade de Educação quando em toda UnB, e que ocorra um trabalho dedicado a esse público, com intérpretes de Libras. Vale ressaltar que de acordo com Silveira, é muito importante que o professor de Libras conheça profundamente a LS (Língua de Sinais), nesse sentido ele deve ser preferencialmente um professor surdo, pois língua de sinais é sua língua nativa, (SILVEIRA, 2008). Com isso é esperado um número maior de professores surdos atuando dentro da UnB.

Além disso outra sugestão é que aconteça um estudo do perfil dessa disciplina frente ao Decreto, para entender como se dá o ensino da Libras dentro do curso de Pedagogia /UnB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo compreender como se deu a criação da disciplina *Escolarização de surdos e Libras* na Universidade de Brasília (UnB), seu surgimento e sua relação na formação de professores.

Os principais pontos para esta produção foram analisar a história da Língua Brasileira de Sinais – Libras, partindo dos primeiros marcos em relação à língua de sinais até sua chegada ao Brasil e seu processo de legalização em 2005. Além disso, foi feita uma pesquisa para entender a criação da disciplina na Faculdade de Educação – UnB, e o seu caráter formativo buscando dessa forma entender como essa disciplina está inserida nesse âmbito.

Ao final desse trabalho de conclusão de curso pudemos compreender que a Libras, que é legalmente regulamentada por meio do Decreto 5626/05 como língua, possibilita à pessoa surda uma maneira de comunicação que difere da forma oral mas que deve ser respeitada e incluída nos mais diversos espaços da sociedade não sendo diferente dentro da universidade. Nesse sentido, buscou-se entender melhor como se deu esse processo e qual o verdadeiro espaço que a Libras ocupa dentro da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília/UnB. Além disso, pudemos ver através desta pesquisa, a história de luta do povo surdo e os longos anos que levaram até que essa conquista pudesse se concretizar.

De nossa perspectiva, entende-se que a disciplina da forma como é ofertada em apenas um semestre não é o suficiente para um aprendizado aprofundado da língua, acreditamos que o ideal deveria ser uma disciplina de Libras oferecida também em nível intermediário e avançado para aqueles que desejam, isto é, de forma optativa, ter essa formação no curso de graduação a fim de se preparar melhor para suas salas de aulas.

Durante os estudos realizados para a produção deste trabalho pode ser observado diversas vezes o quão grande é o prejuízo do professor mal formado, de maneira que o principal prejudicado é o estudante surdo, e que o ensino relacionado a questões culturais e identitárias da comunidade surda mundial e brasileira é muito rico e importante para o avanço da difusão desta cultura. E esse é um ponto característico desta disciplina na Faculdade de Educação- UnB que contribui para diferenciá-la de outras disciplinas espalhadas pelo país com a mesma temática.

Além disso, o curso de Pedagogia desta universidade conta com disciplinas e projetos que aprofundam em temas como é o caso da educação de surdos, são eles: Projeto 3 que funciona como uma espécie de extensão da graduação e acontece em até três fases, projeto 4 que é o estágio supervisionado propriamente dito e acontece em duas fases e o projeto 5 onde

os alunos produzem seus trabalhos de conclusão de curso. Entretanto alunos e professores concordam que, além destes, seria importante disciplinas com carga horárias maiores ou mesmo outras que também abordassem assuntos relacionados à surdez e a cultura surda.

As universidades devem estar dispostas a aprender e conhecer mais sobre a cultura surda e passar por esse processo de implementação dessa disciplina de forma coerente e responsável buscando uma formação de qualidade para futuros profissionais que atenderão e servirão pessoas surdas ao longo de sua caminhada.

Destaca-se nesse processo de implementação a dedicação e o empenho dos professores da área que estiveram envolvidos nesse processo, que como vimos nas entrevistas, apesar de ter sido um processo longo e burocrático, cumpriu seu objetivo, que foi a criação de uma disciplina que aborda de forma competente não só no que diz respeito à parte gramatical dessa língua, mas que também incluiu reflexões sobre a história da surdez, filosofias educacionais, identidade e cultura surda no programa da disciplina.

A chegada dessa disciplina no ensino superior no nosso país é entendida positivamente por possibilitar a profissionais mais uma vertente da inclusão que aos poucos proporcionará ao surdo um canal de comunicação maior, e ao ouvinte que terá acesso a ela, um canal de comunicação novo. Com isso, especialmente os profissionais da educação poderão trabalhar de forma mais adequada e com o reconhecimento que merecem os seus alunos que possuem a singularidade de comunicar-se através da Libras.

Se comparado há anos atrás onde a Libras sequer era reconhecida como língua e os surdos não tinham nem a oportunidade de frequentar uma sala de aula, por serem taxados de incapazes como vimos nesta pesquisa, o avanço é enorme e fundamental. Através desta implementação o sujeito surdo poderá ter seu espaço e sua educação garantida proporcionando oportunidades inclusive nos quadros profissionais do nosso país, -a fim de que cada vez mais, empresas e o funcionalismo público possam abrir vagas para pessoas surdas.

Em suma, a criação da disciplina Libras nas universidades do Brasil é muito positiva para a comunidade surda, para a história dos surdos e a cultura surda, mas principalmente para a sociedade ouvinte. Esses podemos dizer são tão beneficiados quanto os surdos, porque tem a oportunidade de aprender a se comunicar com os mesmos da mesma forma como se comunicam entre si, além disso, têm ainda a oportunidade de unir-se e dar apoio a comunidade surda nesse processo de reconhecimento que está cada dia mais amplo, mas que precisa de um avanço ainda maior.

Para nós que fizemos esta pesquisa com toda a atenção merecida, esta disciplina tem uma importância essencial na história dos surdos e na história da educação de surdos no Brasil e precisa ser trabalhada dentro das universidades de maneira muito séria e comprometida, para que seu principal objetivo que é a difusão dessa língua e da história da surdez seja alcançado com a competência que ela merece, com isso seu caráter transformador também será atingido.

PARTE III

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Quero poder ter a oportunidade de continuar pesquisando a educação de surdos, seus avanços e a diferença com que essa educação é aplicada, com a qualidade que faz na vida dessas pessoas. Nesse sentido sinto que esse trabalho é apenas o início, de uma longa caminhada.

O poder educar e ensinar sempre me chamaram atenção, mas ao longo da minha vida profissional -me encantei também por tudo que está por trás da educação. Trabalho com gestão educacional em uma escola privada de Brasília e desejo cada vez mais me especializar nessa área da Educação. Sinto que posso fazer a diferença nos planejamentos, conselhos de classe, reuniões administrativas, atendimentos familiares, atendimentos com alunos passando muito dos aprendizados que pude ter no meu curso de Graduação.

Esses são apenas desejos, sei que preciso continuar estudando na pós-graduação, mestrado e doutorado, portanto, se incluem neles, mas sei também que preciso ter força de vontade de torná-los realidade, com muita dedicação e Fé os realizarei. A certeza que tenho é que sou feliz por trabalhar com educação e não quero me distanciar desse universo.

REFERÊNCIAS

- ALBRES, N. A. Saberes docentes: a problemática da formação de professores de língua de sinais. In: ALBRES, N.A. (Org.). **Libras em estudo: Ensino Aprendizagem**. São Paulo: FENEIS, 2012. p.15-35. Disponível em: <http://www.socepel.com.br/wpress/?page_id=65>. Acesso em: 28 nov. 2017.
- ANJOS, Raphael Pereira dos. **A Disciplina Libras no Ensino Superior do DF: Olhar**. 2011. 110f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- BARROS, J. P.; HORA, M. M. **Pessoas Surdas: Direitos, Políticas Sociais e Serviço Social**. 2009. 127f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.
- BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 28 nov. 2017
- _____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 25 abr. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>
- BRITO, L. F. **Por uma gramática da Língua de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, UFRJ – Departamento de Lingüística e filosofia, 1995.
- CAMPELLO, A. R. S. Aspectos da Visualidade na Educação de Surdos. Florianópolis, 2008. 245f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008
- CARVALHO, Paulo Vaz de. **O Abade de L’Epée no Século XXI**. Publicado em 2012. Disponível em: <<http://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=7&idart=307>>. Acesso em 20 nov. 2017.
- FELIPE, T.A.; MONTEIRO, M. S. **Libras em contexto: curso básico**, livro do professor. 6. ed. Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, MEC:SEESP, 2007.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Apostila. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2009.

GESSER, A. **LIBRAS? Que língua é essa?**. São Paulo: Parábola, 2009.

_____. **O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a LIBRAS**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

_____. **Um olho no professor surdo e outro na caneta: ouvintes aprendendo a Língua Brasileira de Sinais**. Campinas, 2006. Tese (doutorado em educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006

PRADO, Carlos. A dialética expositiva de *O Capital* de Karl Marx. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n.100, set. 2009. Disponível em: <<http://ojs.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/7253/4580>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

QUADROS, R. M; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SACKS, O. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVEIRA, C. H. O ensino de libras em escolas gaúchas para surdos: um estudo de currículos. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 31, p.85-94, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/12>. Acesso em: 28 nov. 2017.

STROBEL, K. **História da educação dos Surdos**. Apostila. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

TEIXEIRA, Luana Gomes. **Escola Bilingue Libras e Português Escrito no DF: Um estudo de caso**. Brasília, 2015. 136f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987